



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 08 • 25 a 31/03/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

23/03/2007 – Ucrânia e Geórgia se aproximam da OTAN.....p.01

A aproximação de Geórgia e Ucrânia da OTAN em nada agrada o Kremlin, cada vez mais preocupado com a ameaça da organização a seus interesses regionais. A recente aprovação pelo congresso estadunidense de medidas para “estimular” a entrada de novos países da região aumentou ainda mais a preocupação russa.

29/03/2007 – ONU tem novo pacote de sanções para o Irã.....p.04

Aprovado por unanimidade, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um novo pacote de sanções contra o Irã como forma de pressionar a interrupção do programa nuclear do país.

30/03/2007 – Visita de George W. Bush à América Latinap.07

Durante os dias 8 e 14 de março de 2007, George W. Bush realizou uma viagem pela América Latina. Ele passou por seis países, em cada um deles Bush tinha assuntos específicos a tratar. Em todos eles, a visita do presidente estadunidense causou certa agitação por parte dos nacionais.

Ucrânia e Geórgia se aproximam da OTAN

Resenha
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
23 de março de 2007

A aproximação de Geórgia e Ucrânia da OTAN em nada agrada o Kremlin, cada vez mais preocupado com a ameaça da organização a seus interesses regionais. A recente aprovação pelo congresso estadunidense de medidas para “estimular” a entrada de novos países da região aumentou ainda mais a preocupação russa.

Em março de 2007, o senado dos Estados Unidos aprovou uma nota na qual endossa a adesão de novos membros à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Tal medida, que vai de acordo com a postura adquirida pela organização a partir da década de 1990, gera polêmica ao afirmar de maneira clara e direta o apoio à Ucrânia e Geórgia como próximos novos membros. Pela primeira vez a OTAN admitiria países que faziam parte da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fator que vem aumentando as tensões entre Moscou e Bruxelas.

A nota aprovada afirma que a organização deve ter um compromisso para com a consolidação das novas democracias no Leste Europeu, a estabilidade regional e o desenvolvimento sócio-econômico das ex-repúblicas soviéticas. O documento traça um plano para a entrada de novos membros tendo em vista atingir tais objetivos.

A atual postura expansionista da OTAN se trata de um recuo em promessas não muito antigas, irritando ainda mais seus antigos oponentes. Logo após a derrocada comunista, a organização se comprometeu a não admitir países ex-

membros do Pacto de Varsóvia. Porém, em março de 1999, em plena crise dos Bálcãs, passaram a fazer parte da OTAN a República Tcheca, Hungria e Polônia. Já em 2004, foram admitidos mais 7 membros saídos do Leste Europeu: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Atualmente, além de Ucrânia e Geórgia, mais oito estados estão dando os passos iniciais para uma possível participação na organização. A reação russa acerca da nota veio nas palavras do presidente Vladimir Putin, ao afirmar que gostaria de saber contra quem tal expansão seria dirigida.

A criação da OTAN foi delineada pela preocupação estadunidense com o futuro da Europa. Por muito tempo, o objetivo da organização foi o de “manter os russos fora, os alemães no chão, e os americanos dentro”¹. Após o fim da Guerra Fria, percebe-se o sucesso da organização, ao constatar que os russos não entraram, os

¹ Famosa máxima utilizada para descrever os objetivos da criação da OTAN pelos EUA. A evidente preocupação americana da Alemanha se reerguer como feito no pós-primeira guerra, de evitar que a Europa caísse sobre controle soviético, e de manter sua área de influência e uma “Buffer-Zone” com a URSS.



alemães se reergueram da Segunda Guerra muito mais pacíficos, e os EUA puderam, com sucesso, manter-se influentes nos assuntos de segurança relativos a Europa por muitos anos. Com o fim do mundo bipolar, muitos esperavam que a organização encontrasse seu fim. Porém, o que ocorreu foi que finalmente a OTAN encontrou liberdade de ação; os conflitos nos Bálcãs e suas forças no Afeganistão demonstram de outra forma como um “guarda chuva” pode ser utilizado, quando não está sendo usado para seu propósito original.

“A máquina de guerra fora criada para o propósito da guerra, agora necessita de uma guerra que lhe dê um propósito”². Estas palavras ajudam a explicar a OTAN hoje. A formidável estrutura militar da organização necessitou de uma reformulação de emergência durante os anos 1990, como forma de encontrar razões para existir. Considerando que os russos provavelmente não mais tentarão entrar, e os alemães nunca estiveram em tanta harmonia com seus vizinhos, uma das motivações para a permanência da organização seria a vontade estadunidense de manter sua influência em assuntos militares e políticos europeus, tendo em vista que o coeso bloco da União Européia gera uma ameaça nesse sentido. Já da parte européia, a OTAN é uma boa forma de intervir de maneira não tão direta em questões delicadas como a do Kosovo, nas quais não se envolveria sem a influência dos EUA. Indiscutivelmente, a OTAN tem traçado um claro plano para aumentar sua influência em todo o Leste Europeu, como visto no decorrer da década de 1990 e 2000.

A partir da assinatura da Carta de Parceria Distinta em 1997, a Ucrânia intensificou seu processo de cooperação junto à organização, aproximando-se das questões de segurança euro-atlânticas. A

partir de então, as duas partes têm avançado constantemente no diálogo acerca de questões de segurança regional, e realizando treinamentos conjuntos. A afirmação do presidente ucraniano Viktor Yushchenko de que a entrada de seu país na organização seria uma das principais metas do governo demonstra o nível de interesse da Ucrânia em sair da esfera de influência russa.

A situação da Geórgia é ainda mais complicada, considerando-se a questão da Ossétia do Sul³ (cujas forças separatistas recebem apoio da Rússia). A Geórgia já prevê sua entrada na organização para 2009, e a presença da OTAN já pode ser sentida nas mudanças que ocorrem nas forças armadas do país. No caso da Geórgia, fazer parte da organização se torna uma questão de segurança em relação à Rússia, e uma garantia de estabilidade na Ossétia do Sul.

Internamente, a Ucrânia sofre pressões acerca de suas negociações com a organização. Em junho de 2006, o parlamento regional da Criméia declarou que esta seria uma zona livre da OTAN, fato que foi definido como sem qualquer significado pelo presidente ucraniano. Os partidos pró-rússia também apoiaram protestos contra a aproximação ucraniana da organização.

A preocupação de Moscou quanto às mudanças geopolíticas causadas pela adesão da Ucrânia e Geórgia na OTAN é grande e com razão. Contando com os dois novos membros, a OTAN passaria a ter ainda mais controle sobre o Mar Negro. A base naval russa no Mar Negro está localizada em Sevastopol, na Ucrânia, ficando comprometida após a entrada desta na OTAN. Os interesses russos na questão dos recursos da Ossétia do Sul ficariam imensamente comprometidos, pois com a Geórgia sob os auspícios da

² Joseph A. Schumpeter

³ Província separatista rica em recursos que recebe apoio da Rússia.



OTAN, o Kremlin precisaria ser muito mais cauteloso em seu apoio aos separatistas.

O ministro de relações exteriores russo Sergei Lavrov, afirmou: “nós dissemos mais de uma vez que todos os países têm direito a decisões soberanas em relação a quem serão seus parceiros na arena internacional”. Mesmo muito preocupados com as mudanças geopolíticas que serão causadas pela entrada de Ucrânia e Geórgia na organização, a Rússia pouco poderá fazer diretamente contra a questão. Caberá a Moscou então fazer uso de suas outras várias cartas de barganha, como por exemplo a questão energética do Irã, de forma a garantir que seus interesses sejam preservados.

Referência

Sites:

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

<http://www.nato.int>

Mosnews.com

<http://www.mosnews.com>

BBC news

<http://www.bbc.co.uk>

The Library of Congress Thomas

<http://www.loc.gov/index.html>

Palavras-Chave: OTAN, Ucrânia, Geórgia, Rússia, Mar Negro, Leste Europeu, Diego, Paes.



ONU tem novo pacote de sanções para o Irã

Resenha
Segurança

Diego Marques Morlim Pereira
29 de março de 2007

Aprovado por unanimidade, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um novo pacote de sanções contra o Irã como forma de pressionar a interrupção do programa nuclear do país.

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China –, contando com a presença e o apoio da Alemanha, elaboraram em 15 de março de 2007 uma proposta de resolução quanto à novas sanções ao Irã. A preocupação das potências se deve, principalmente, ao desrespeito por parte daquele país à resolução anterior do próprio Conselho (Resolução 1737) em relação à paralisação de enriquecimento de urânio em seu território. O documento elaborado foi enviado pelo embaixador britânico na Organização das Nações Unidas (ONU) aos dez membros não-permanentes do CS¹, que não participaram das negociações sobre o assunto. Em 26 de março de 2007 o Conselho aprovou por consenso uma resolução² que abarca um novo pacote de sanções contra o Irã com o intuito de

pressionar o governo daquele país a interromper o seu programa nuclear.

Em 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) comunicou à sociedade internacional, através de relatório endereçado à ONU, que o Irã ocultara um programa de enriquecimento de urânio por 18 anos, fato percebido como possível ameaça tangível à paz e segurança internacionais³ e estopim da discussão sobre os propósitos do programa nuclear iraniano.

Países do Ocidente que integram a AIEA requisitaram ao governo do Irã comprometimento para acabar com as atividades de enriquecimento de forma permanente. Contudo, o país tem se recusado a fazê-lo, alegando que está cumprindo as determinações do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e que deveria ter permissão de enriquecer urânio, sob inspeção, para fins pacíficos, uma vez que o tratado permite a outros países o mesmo⁴.

¹ O CS é composto por cinco membros permanentes – China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia – e dez não-permanentes rotatórios. República do Congo, Gana, Peru, Catar e Eslováquia (cujo mandato vai até o fim de 2007), Bélgica, Indonésia, Itália, Panamá e África do Sul (com mandato até o fim de 2008).

² Resolução 1747 (2007) do CSNU

³ O governo dos EUA, principalmente, insiste que a não-colaboração do Irã com a AIEA e com as resoluções do CS põe uma ameaça sensível à paz e segurança internacionais.

⁴ Segundo o TNP, um país tem o direito de enriquecer seu próprio combustível para geração de energia nuclear com fins civis, sob a

As potências do Ocidente temem que o Irã, sigilosamente, tente desenvolver algum tipo de artefato nuclear ou a capacidade para tal. Questões estratégicas para esses países – tais como a questão energética⁵ e a manutenção das áreas de influência na região – podem ser considerados os motivos para o temor e pressa com que querem ver tal situação solucionada.

Em dezembro de 2006, o Conselho de Segurança votou, também de forma unânime, a imposição de um primeiro conjunto de sanções limitadas contra o Irã⁶, devido à recusa do país a paralisar o processo de enriquecimento de urânio. A resolução determinava um prazo de 60 dias para que o país abandonasse seu programa nuclear.

A resolução requisitava ao Irã a suspensão de todas as atividades de enriquecimento, incluindo a preparação de minério de urânio e a instalação de centrífugas no qual um gás com urânio (o hexafluoreto de urânio) é tratado, para o enriquecimento. No entanto, segundo a AIEA, o Irã instalou dois conjuntos de centrífugas em uma usina nuclear na cidade de Natanz. Além disso, o país levou para a usina o gás de hexafluoreto de urânio que deve ser colocado nas centrífugas.

A Resolução 1747, aprovada por unanimidade pelo Conselho, amplia as sanções já impostas em dezembro de 2006, estipulando a proibição de exportações de armas e o congelamento dos bens de indivíduos e empresas envolvidos nos programas nuclear e de mísseis iranianos.

Antes da proposta de resolução ser aprovada pelo Conselho, o presidente

iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, afirmou que a iniciativa não iria influenciar seu país uma vez que "divulgar estes pedaços de papel não ter[iam] impacto na vontade da nação iraniana".

A decisão do CS (Resolução 1747) foi atacada por Ahmadinejad que, em sua página na internet, escreveu que as sanções são ilegais e que o Irã não pararia as suas atividades nucleares. Como consequência desse novo pacote de sanções ao país, o governo iraniano anunciou a redução da cooperação com a AIEA. Com efeito, o acordo firmado em 2002 para que o Irã divulgue seus planos de construção de novas instalações nucleares com antecedência seria diretamente afetado. Os inspetores da AIEA têm supervisionado o programa nuclear do Irã há quatro anos. Em fevereiro de 2007 o diretor da agência, Mohamed El Baradei, relatou que, primeiramente, o governo iraniano estaria expandindo o programa e, depois, que o trabalho dos inspetores estava sendo prejudicado pela suposta falta de transparência de Teerã.

O Irã afirma oficialmente que seu programa nuclear tem fins exclusivamente pacíficos, mas governos ocidentais suspeitam que o país pretenda desenvolver armas nucleares.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org/>

Agência Internacional de Energia Atômica

<http://www.iaea.org/>

inspeção da AIEA.

⁵ O Irã é o quarto maior exportador mundial de petróleo, atrás de Arábia Saudita, Rússia e Noruega, sendo o segundo maior da OPEP. Também é o quarto maior produtor mundial, atrás de Arábia Saudita, Rússia e EUA.

⁶ Resolução 1737 (2006) do CSNU.

Tehran Times

<http://www.tehrantimes.com/default.asp>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk/>

Organization of the Petroleum Exporting Countries

<http://www.opec.org/home/>

Ver também:

03/05/2006 - [Impasse quanto ao programa nuclear do Irã](#)

16/06/2006 - [O programa nuclear do Irã: novos acontecimentos \(Análises\)](#)

27/08/2006 - [Conselho de Segurança mantém pressão sobre o programa nuclear do Irã](#)



Visita de George W. Bush à América Latina

Resenha
Integração/ Economia e Comércio

Lígia Franco Prados Mello
30 de março de 2007

Durante os dias 8 e 14 de março de 2007, George W. Bush realizou uma viagem pela América Latina. Ele passou por seis países, em cada um deles tinha assuntos específicos a tratar. Em todos eles, sua visita causou certa agitação por parte dos nacionais.

Do dia 8 ao dia 14 de março de 2007, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, realizou uma viagem pela América Latina. Bush visitou Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México. No dia 07 de março de 2007, um dia antes de iniciar sua viagem, o presidente falou, durante um discurso em Washington, que pretende ajudar a prover educação, moradia e saúde aos pobres da América Latina.

Os Democratas, partidários contrários ao presidente (Republicano), declararam, no entanto, que o Presidente estadunidense está oferecendo muito pouco e, ainda, que a viagem seria tardia. Essa declaração diz respeito ao fato de os democratas acreditarem que essa viagem de Bush à América Latina seja uma tentativa de mudar sua aceitação em uma região em que ele é particularmente impopular.

A viagem seria, também, uma oportunidade de Bush escapar de um novo rumor na política doméstica estadunidense, já que o Congresso discutiria sobre os maus tratos de soldados e a demissão de vários promotores públicos, enquanto o júri federal julgaria I. Lewis Scooter Libby, acusado de falso testemunho e obstrução da justiça e préjúrio. Lewis era o assessor-chefe do vice-presidente Dick Cheney e

esteve envolvido em quase todas as grandes decisões tomadas pelo governo Bush. Mas renunciou ao cargo em 2005, quando o júri federal indiciou-o por cinco acusações no caso do vazamento do nome de uma agente da CIA, que era a mulher de um crítico proeminente da política da Casa Branca para o Iraque.

A viagem também pode significar uma nova fase do pós-Guerra Fria marcada por alianças na América do Sul e Central, já que essas regiões foram marginalizadas na dinâmica da política estadunidense, enquanto a administração Bush se preocupava com a Guerra do Iraque e com a campanha contra o terrorismo.

Independentemente de qual seja o real propósito da viagem de Bush, porém, ele tinha assuntos específicos para tratar em cada um dos países do itinerário.

O primeiro destino de George W. Bush foi o Brasil. A principal discussão entre os presidentes, Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Bush, foi quanto ao desenvolvimento de pesquisas conjuntas na área do etanol.

Bush desembarcou em São Paulo, onde mais de 6.000 pessoas participaram de protestos contra o presidente estadunidense e contra a possível aliança Brasil e Estados Unidos em relação à produção de etanol. Ativistas do



Greenpeace, temendo o aumento do cultivo de cana-de-açúcar para produção do etanol, devido aos malefícios trazidos para o meio ambiente, a poluição das queimadas e as doenças respiratórias por elas causadas, o aprofundamento da concentração de terra no Brasil, fizeram um cartaz advertindo contra a confiança crescente no etanol como um combustível alternativo. Segundo os ativistas, os Estados Unidos só querem explorar países mais pobres, beneficiar a si próprios e não têm a menor preocupação com o meio ambiente. Em Porto Alegre, 600 pessoas fizeram uma marcha pacifista contra a visita de George W. Bush e traziam cartazes, com o escrito: *"Get out, imperialist!"* (Fora imperialista). [Ver: [Cooperação entre Brasil e EUA para a produção de etanol](#)].

A despeito de qualquer protesto, porém, a reunião entre os presidentes Bush e Lula, que é um aliado dos Estados Unidos na região, resultou em um acordo quanto à produção de etanol. Esse acordo tem o intuito de estabelecer uma padronização do etanol, de modo a torná-lo uma *commoditie* internacionalmente comercializável, além de promover sua produção na América Central e no Caribe.

Do Brasil, o presidente estadunidense seguiu para o Uruguai. Lá também foi recebido em meio a protestos, inclusive da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) e de outras organizações. Ademais, no dia em que Bush chegou no Uruguai, 09 de março de 2007, Hugo Chávez, Presidente da Venezuela e principal opositor à atual administração da Casa Branca, liderava na Argentina um protesto organizado pela Organização Mães da Praça de Maio e por entidades sociais e sindicais argentinas, contra Bush, que se encontrava no país vizinho. Vale ressaltar que Bush demonstrou-se incomodado diante das perguntas sobre o presidente venezuelano.

A reunião entre o presidente Bush e o

presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, ocorreu a 200 quilômetros da capital, Montevideu, na Estância Anchorena. E tinha a intenção de discutir a redução de subsídios agrícolas. Bush qualificou o encontro com os ministros e o Presidente uruguaio como muito construtivo, útil e positivo e disse que seu país está disposto a reduzir subsídios agrícolas, desde que se tenha certeza de que haverá acesso dos Estados Unidos ao mercado uruguaio para os produtos estadunidenses.

No fim do ano de 2005, foi assinado um tratado de investimentos bilaterais e, em Fevereiro de 2007, foi lançado um Acordo Marco de Investimentos e Comércio (AMIC). Bush voltou a reforçar a idéia de que o comércio é a melhor ferramenta para resolver o problema da pobreza. E reforçou assim, a possibilidade de um tratado de livre comércio bilateral, cujo primeiro passo foi dado com a assinatura do tratado e do acordo. Ambos os presidentes disseram pretender avançar no que diz respeito ao comércio e aos investimentos.

Depois da visita ao Uruguai, Bush foi visitar, pela segunda vez nos seis anos de presidência, a Colômbia. Ele chegou lá no dia 11 de março de 2007 e reafirmou seu apoio ao presidente conservador, Álvaro Uribe, além de reiterar a colaboração na guerra contra as drogas e contra os cartéis de cocaína do país.

No dia 12 de março de 2007, Bush desembarcou, pela primeira vez durante seus dois mandatos, na Guatemala, onde realizou reunião com o presidente guatemalteco, Oscar Berger. Lá, Bush discutiu questões como a segurança, a luta antidrogas e a necessidade de medidas contra corrupção. Os presidentes tiveram uma reunião privada, na qual, segundo a Presidência da Guatemala, Berger, defendeu a regularização dos milhares de migrantes que moram ilegalmente nos Estados Unidos.



No dia da chegada de George W. Bush, os indígenas guatemaltecos lotaram a praça central de Tecpán, a 60 quilômetros da capital Guatemala, em um manifesto organizado pela Coordenadora Nacional Indígena e Camponesa da Guatemala (CONIC). A manifestação acusava o governo estadunidense de ser o principal violador dos direitos humanos do mundo.

Depois da visita do presidente estadunidense, uma espécie de manifestação voltou a acontecer já que os maias purificaram o lugar histórico da cidade de Ixmche. Os maias consideraram a visita de Bush, especificamente a esse local, uma afronta ao povo e à cultura maia.

No último dia de visita aos seis países da América do Sul e Central, Bush visitou o México. Aproximadamente 500 pessoas se colocaram na frente da embaixada estadunidense, após marcharem pelas principais ruas de Mérida em protesto pela sua presença na cidade.

No México, George W. Bush foi muito pressionado no que diz respeito à questão dos imigrantes, além de ter sido muito criticado em relação à construção do muro, de cerca de 1,1 km na fronteira entre os Estados Unidos e o México. O presidente mexicano, Felipe Calderón, apesar de considerado um aliado de Bush na região, pressionou muito para que o presidente estadunidense convença o Congresso dos Estados Unidos, a aprovar leis que reconheçam os direitos de imigrantes e trabalhadores.

Calderón afirmou que eles são pessoas que trabalham e que respeitam aquele país. “Pessoas que pagam impostos, que cultivam os vegetais que vocês comem, que os servem em restaurantes”, disse. Bush declarou que considera que uma boa lei de imigração vai ajudar ambas as economias e na segurança dos dois países, mas deixou claro que uma anistia completa aos ilegais não é negociável.

Ao término da viagem de George W. Bush por esses seis países da América Latina, o subsecretário de Estado americano, Thomas Shannon, declarou que os protestos pelo giro do presidente são uma mostra de boa saúde da democracia na região.

A visita de Bush, provavelmente, aumentará os intercâmbios nas questões econômicas, política e de imigração ilegal. No entanto, o cientista político Carlos Pio, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), considera que a viagem “não tem nenhum impacto do ponto de vista prático”, mas “abafa a celeuma sobre o antiamericanismo”.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.com/portuguese>

CNN

<http://www.cnn.com>

Folha online

<http://www.folhaonline.com.br>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

22/03/2007 - [Cooperação entre Brasil e EUA para a produção de etanol.](#)



ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

